

# PORTO DE SANTOS

Visita técnica da Comissão Especial  
sobre o Sistema Portuário Brasileiro  
(PL 733/25) - Informações do Porto e  
Execução Orçamentária



MINISTÉRIO DE  
PORTOS E  
AEROPORTOS

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





**Um gigante em  
CRESCIMENTO**

**MAIOR PORTO**  
da América Latina  
em movimentação de contêineres

**179.8 MILHÕES**  
de toneladas  
movimentadas

**5.5 MILHÕES**  
de TEU

**SALTO DE 6 POSIÇÕES**  
no ranking da Lloyd's List  
(de 43º para a 37º)

**ÚNICO PORTO BRASILEIRO**  
entre os 100 maiores do Mundo

**CRESCIMENTO DE 7%**  
ao ano - nos últimos 5 anos



## Recordes de 2025

janeiro

**460,8 mil TEU**

Recorde mensal  
de contêineres

fevereiro

**434,7 mil TEU**

Recorde mensal  
de contêineres

março

**460 mil TEU**

Recorde mensal  
de contêineres

abril

**459,7 mil TEU**

Recorde mensal  
de contêineres

maio

**16,6 milhões/ ton**

Recorde histórico  
de movimentação  
de cargas

julho

**17 milhões/ ton**

Recorde histórico  
de movimentação  
de cargas

agosto

**16,5 milhões/ ton**

Recorde mensal  
de movimentação  
de cargas e de TEUs

# HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS



INVESTIMENTO  
174 VEZES MAIOR



# HINTERLÂNDIA DO PORTO







# RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS DE **FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**



**MPF**  
Ministério Públíco Federal



JUSTIÇA FEDERAL



CETESB



## Próximos leilões

- STS 08
- TECON SANTOS 10

## Novos berços da Alemoa

## Avenida Perimetral Trecho Alemoa

- Reforma: Obras contratadas

## Plano de descarbonização

- Tomada de Rebocadores
- Itatinga
- Inventário de gases

## Cais da Ilha Barnabé

- Contratação em homologação
- Licenciamento ambiental

## Parque Valongo

- 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> fases concluídas
- 3<sup>a</sup> fase em andamento

## Dragagem dos berços 12A e 20/21

- Obras concluídas

## Controle de caminhões

- Elaboração do Edital

# PORTO DO FUTURO

## Túnel Santos-Guarujá

- Leilão concluído

## Ampliação histórica da POLIGONAL

- De 7.8 para 20 milhões de m<sup>2</sup>

## Porto de Santos Conecta: Rede 5G

- Projeto em implantação

## 2<sup>a</sup> fase da Avenida Perimetral: Margem Esquerda

- Revisão do projeto em andamento
- Realocações
- Licenciamento Ambiental

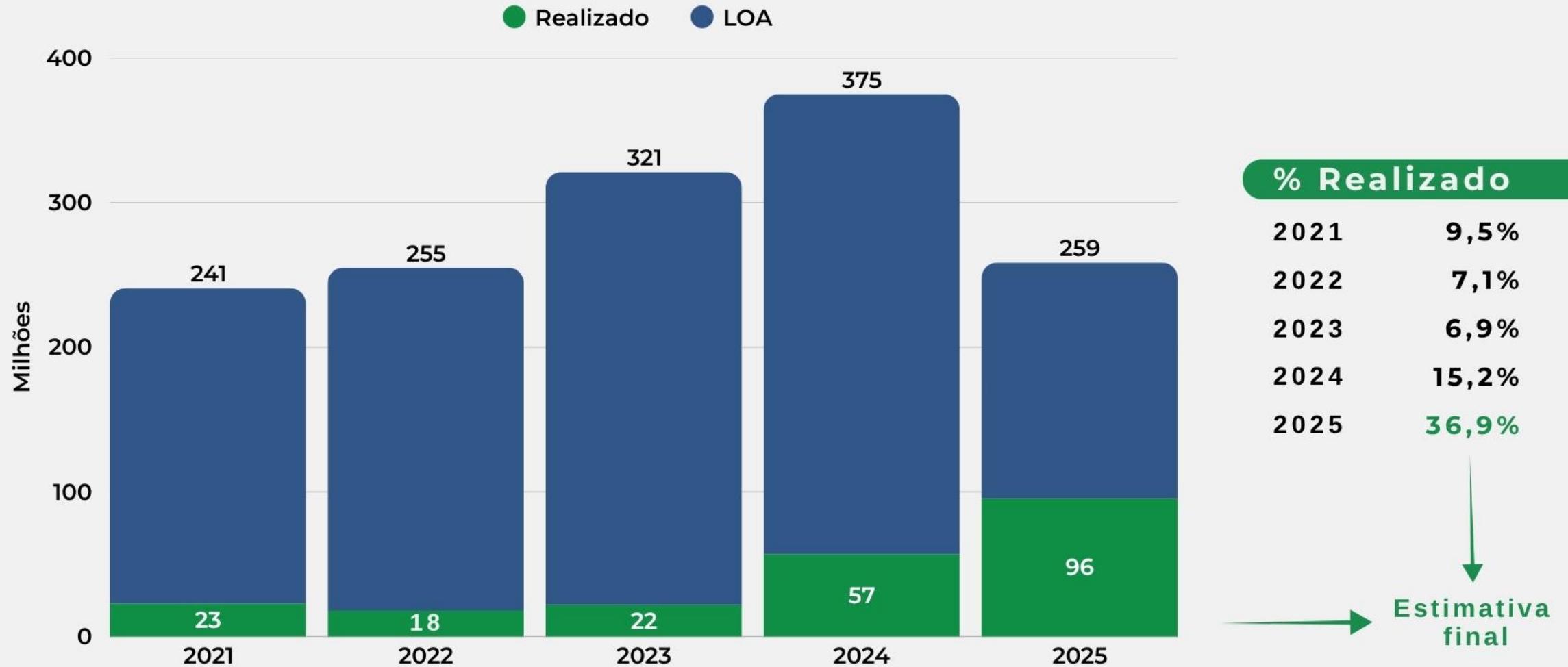
## VTMIS: Implantação do sistema de gestão de tráfego de navios

- Liberação de áreas necessárias
- Licitação para execução dos serviços

## Dragagem de aprofundamento do canal de acesso

- Derrocagem contratada
- Contratação unificada (projeto + licenciamento + obras)

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



# MATRIZ DE RISCO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FATOR	CAUSA (RISCO)	EFEITO (IMPACTO)	MITIGAÇÃO (AÇÕES CORRETIVAS)
PLANEJAMENTO	Elaboração insuficiente do projeto, metas desalinhadas à LOA, cronogramas irrealistas.	Ineficiência, atrasos, projetos inexequíveis e retrabalho.	Aperfeiçoar estudos preliminares; envolver áreas técnicas; revisões periódicas; alinhamento estratégico com órgãos de planejamento.
LICITAÇÃO FRUSTRADA	Exigências excessivas no edital, erros de especificação, falhas na comissão.	Atraso na contratação, necessidade de republicação do edital.	Revisão técnica/jurídica prévia do edital; audiências públicas; uso de termos de referência robustos.
LICITAÇÃO DESERTA	Falta de atratividade do objeto, preços inexequíveis, condições contratuais restritivas.	Paralisação da execução, necessidade de repactuar condições.	Estudos de mercado; flexibilização de cláusulas excessivas; reavaliação do orçamento de referência.
RECURSOS DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO	Impugnações ou recursos administrativos/judiciais de licitantes contra edital ou julgamento.	Retardamento da homologação e adjudicação; risco de judicialização.	Publicação transparente; ampla publicidade; análise prévia pela assessoria jurídica; respostas rápidas aos questionamentos.
SUSPENSÃO DA AÇÃO DE INVESTIMENTO	Decisão jurídica/governamental, contingenciamento de verbas, entraves ambientais, ações judiciais externas.	Interrupção ou cancelamento de investimentos; perda de recursos ou inviabilização do projeto.	Planejamento plurianual robusto; diálogo institucional; cláusulas contratuais de proteção; monitoramento legislativo/jurídico.
EXTEMPORANEIDADE	Elaboração da peça orçamentária com antecedência.	Execução fora do exercício; devolução de recursos; perda de credibilidade.	Aperfeiçoar cronogramas internos; monitoramento de prazos; flexibilidade nas revisões
EFICIÊNCIA NO RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO	Seleção de proposta em valores inferiores ao edital.	Cumprimento da Ação de Investimento na Integralidade com eficiência na execução do dispêndio.	Critérios de julgamento objetivos; análise de conformidade de preços; capacitação da comissão de licitação; matriz de risco contratual.

# **DESAFIO PARA 2026: R\$ 759 MILHÕES**



**R\$ 246 MILHÕES**  
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ



**R\$ 359 MILHÕES**  
PROJETOS DA APS



**R\$ 154 MILHÕES**  
PROJETOS DE ITAJAÍ

# MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO

GOVERNANÇA DESCENTRALIZADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	ARRENDAMENTOS E CONTRATOS	RELAÇÃO PORTO-CIDADE
Lei 12.815/13 centralizou decisões em Brasília, atrasando investimentos e reduzindo autonomia.	Licença integrada dispensa licenças individuais para terminais e áreas de cruzeiros.	Contratos de arrendamento podem durar até 35 anos, renováveis a 70 anos.	Artigos 92–97 propõem repassar 1% da receita da autoridade portuária e 5% das taxas de outorga aos municípios.
O PL prevê mais poder decisório local; no entanto, faz-se o alerta para riscos de burocracia com CAP deliberativo.	Artigos 10-A e 10-B permitem fatiar licenças sem aumentar exigências se não houver novos impactos.	Faltam critérios objetivos para prorrogação; insegurança jurídica afasta investidores.	Entidades portuárias criticam: já existem tributos e o repasse pode reduzir investimentos e gerar interferência política.
Propor descentralização operacional com definição clara dos limites da ANTAQ, ratificando sua atuação na esfera regulatória;	Dentre os pontos, sugere-se eliminar o papel central dado aos EVTEAs.	Maior liberdade negocial em processos de avaliação de propostas de investimentos, alterações contratuais, novos empreendimentos.	Apoia-se a medida como compensação semelhante a royalties.
Definição de responsabilidades claras, integrando todo o fluxo processual, com responsabilidades e metas específicas de sucesso.	Soluções defendem licença permanente para dragagens de manutenção.	Apoia-se contratos longos, mas exige discussão sobre estrutura e renovação.	Propor compensação condicionada a projetos de mitigação urbana e excluir terminais privados; instituir Comitê Porto-Cidade.
Implementar a Janela Única Aquaviária para digitalizar e integrar todos os processos.	Licenciamento para áreas de expansão.	Propor metas de desempenho, renovação antecipada mediante investimentos, e prazos digitais para decisões.	<b>Diagnóstico e propostas ao PL 733/25</b>

# **MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO**

## **Conclusão e próximos passos**

- Descentralizar decisões operacionais e fortalecer o papel da Autoridade Portuária.
- Unificar licenciamento, eliminar EVTEA e garantir licenças permanentes para dragagens.
- Propor descentralização operacional com definição clara dos limites da ANTAQ, ratificando sua atuação na esfera regulatória.
- Estabelecer critérios objetivos para renovação de contratos e coibir renegociações oportunistas.
- Combinar liberdade de contratação com proteção de direitos e investimento em qualificação.
- Reformular repasses Porto-Cidade vinculando-os a projetos de mitigação urbana e transparência.



Obrigado!

